

Maílson no Congresso, na 4.^a, 'sem segredos'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, fará quarta-feira, na Comissão Especial da Dívida Externa do Senado Federal, um relato reservado sobre a nova estratégia de renegociação do governo brasileiro. A exposição foi acertada ontem em audiência concedida por Maílson ao presidente da comissão, senador Carlos Chiarelli. Após o encontro, Chiarelli disse que, segundo o ministro, não haverá reservas e segredos sobre a renegociação da dívida para o Congresso.

O senador informou, ainda, que a audiência foi convocada pelo ministro porque este queria esclarecer o "papel exato" do Congresso na negociação da dívida externa. Maílson da Nóbrega deixou claro, segundo Chiarelli, que o Congresso não será atingido pela nova orientação de se divulgar detalhes sobre as negociações para a opinião pública apenas depois destas estarem confirmadas. O ministro garantiu ao senador que o diálogo com o Congresso será permanente.

Chiarelli ficou satisfeito com a garantia dada por Maílson da Nóbrega, pois, segundo ele, o Legislativo será "responsável e cooperativo", mantendo sob sigilo as informações que receber sobre a condução das negociações. Mas diante da insistên-

cia dos jornalistas, o senador disse que levantará a questão do sigilo para a opinião pública, durante a sessão com a Comissão da Dívida: "Vamos discutir o que é, o motivo da sua existência e qual o limite do sigilo", afirmou.

O senador acredita que será disputada uma "corrida" entre a equipe de renegociação da dívida e a Assembleia Constituinte.

A Constituição em vigor determina que qualquer ato internacional assinado pelo presidente da República seja apreciado e aprovado pelo Congresso. Como os acordos sobre a dívida não são assinados pelo presidente, o Congresso não tem poder de interferir tecnicamente na negociação da dívida.

O atual projeto de Constituição, no seu artigo nº 59, amplia a necessidade de análise e aprovação do Congresso de qualquer ato ou acordo internacional, mesmo sem a assinatura do presidente da República. Por isso, o senador acha que o Congresso poderá aprovar ou não o eventual acordo que a equipe de Maílson da Nóbrega fechar, desde que a Constituinte consiga entregar a nova Constituição antes da conclusão das negociações. Para o senador, a equipe de renegociação da dívida e a Constituinte disputarão uma "corrida" para ver quem termina primeiro seus trabalhos. Chiarelli conclui dizendo que aposta na Constituinte.